Revista Brasileira de Comércio Exterior

RBCE

A revista da FUNCEX

Ano XXXIX
163
Abril, Maio e Junho de 2025

Riscos geopolíticos
Oportunidades comerciais
Contratos em COMEX

Imagem de Pete Linforth por Pixabay

FUNCEX
fundação centro de estudos do comércio exterior

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

EDITORIAL

2 Riscos e oportunidades no novo mapa geopolítico
Mário Cordeiro de Carvalho Jr.

ENTREVISTA

4 Marcos Troyjo
Economista, Sociólogo e Diplomata brasileiro

COMENTÁRIO INTERNACIONAL

8 Uma jovem adulta - Real a moeda brasileira
George Vidor

MOMENTO ATUAL

10 Em defesa da globalização
Lucas Ferraz

12 O Brasil na Nova Ordem Mundial: Exportações, Desafios e Oportunidades após o "*Liberty Day*"
Cláudio Gonçalves dos Santos e Sérgio Volk

16 Construindo Pontes: Oportunidades e Desafios no Setor de Construção na América Latina
Miller Soares Rufino Pereira

22 A nova rota da internacionalização: escolas como vetores de conexão global nas cidades médias brasileiras?
Cesar Bisson

26 Por que ir tão longe? II
João Carlos V. de Marco

LEGISLAÇÃO EM COMEX

30 Contrato de distribuição internacional de mercadorias na importação
Ana Paula Paixão

36 Tarifas e Imprevistos Comerciais: hora de rever os contratos internacionais
Welber Barral

PRÁTICA DE COMEX

40 Melhoria Contínua aplicada ao Comércio Exterior
Helena Detzel Machado da Costa

Uma jovem adulta - Real a moeda brasileira

George Vidor

George Vidor
é economista e jornalista

Há trinta e um anos em 1º de julho de 1994, o Brasil ganhava uma nova moeda que em operação sensacional de troca rapidamente, chegou aos bolsos de todos os cidadãos. O Plano Real seria o primeiro programa de estabilização bem-sucedido, após várias tentativas frustradas de se vencer a hiperinflação. Um mal crônico que ainda deixou muitas sequelas na economia brasileira.

A queda brusca da inflação, expôs sérias deficiências e desequilíbrios da economia exigindo diversos tipos de ajustes, até hoje não concluídos. Embora o real aos 31 anos, já seja uma moeda jovem adulta, praticamente entrando no período de maturidade.

O Brasil continua a se ressentir de investimentos, com poupança interna aquém do que seria necessário. Graças ao crescimento das exportações, o país não se tornou tão dependente de poupanças externas que poderiam provocar um quadro de vulnerabilidade no balanço de pagamento. Historicamente, as crises mais graves na economia brasileira tiveram como estopim o câmbio, em face de tais vulnerabilidades.

O real permanece como uma moeda bem volátil, diante das demais que servem de referência para as transações comerciais e financeiras internacionais. As explicações para isso estão mais relacionadas com projeções para o futuro do que em relação ao presente. Algo mais relacionado a componentes comportamentais do que propriamente a estatísticas econômicas, pois tal desconfiança resistente não traduz uma incapacidade da economia brasileira de encontrar soluções duradouras para seus problemas. Os problemas existem, e merecem ser tratados com seriedade, mas não são insolúveis. Ah, o Brasil é um grande exportador de commodities, e não se destaca pela venda de produtos e serviços de maior valor agregado. Antes de tudo é preciso desmistificar essa questão. Os commodities que o Brasil exporta não se enquadram mais naquela velha categoria de "produtos primários". Seja no agronegócio, na mineração, nos hidrocarbonetos, o que há de tecnologia "tropical" embutida é um colosso. Extrair petróleo e gás nas camadas do pré-sal, em águas oceânicas ultraprofundas, a duas centenas de quilômetros da costa, a custos competitivos, não é tarefa trivial. Da mesma forma que produzir soja, milho, algodão, sorgo no cerrado.

Ou explorar minério de ferro na Amazônia, e percorrer enormes distâncias para levá-lo até o Extremo Oriente.

Mas o Brasil precisa expandir e melhorar sua infraestrutura. Instruir e educar um grande contingente da população, para que possamos ser mais produtivos como nação. Isso depende de incremento nos investimentos, de mais poupança interna.

Há certamente quem discorde, mas de maneira geral entre os formadores de opinião, formuladores de expectativas – economistas, empreendedores, traders, analistas de mercado, gestores de fundos, influencers na mídia digital etc – o diagnóstico para a escassez de poupança, aponta mais para desequilíbrios do setor público do que para o esforço privado. Um desequilíbrio, antes atribuído a folhas de pagamento e gerenciamento falho em gastos nas áreas de saúde, educação e segmentos de infraestrutura que permanecem sob responsabilidade direta do Estado.

Não se pode negar que houve considerável avanço nesses itens, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal e das concessões de serviços públicos que agora se aceleram, felizmente, no segmento de saneamento básico. Então os focos de atenção se voltaram mais para a previdência social e aos programas sociais relacionados com ela. As reformas reduziram significativamente os atalhos das aposentadorias precoces no regime geral e as regras também se tornaram mais rígidas no setor público. Em vinte anos, setor público e regime geral estarão praticamente sobre as mesmas regras.

O que pode ser feito no horizonte de curto e médio prazos. Na opinião de vários especialistas, a saída seria desvincular o salário-mínimo do piso de benefícios previdenciários. Desse modo, a política de valorização do mínimo (com aumentos reais, mesmo que limitados agora a 2,5% ao ano) poderia ser mantida, enquanto o mercado de trabalho continuar permitindo que isso possa ser feito.

No entanto, o número de pessoas que recebem benefícios da previdência e programas sociais como o BPC, tende a crescer pelo envelhecimento da população e em sua maioria recebe o piso. São pessoas essenciais no orçamento das famílias. Governantes são eleitos. Dependem de votos da maioria da população, entre os quais os mais pobres. Politicamente é quase impossível convencer os eleitores de que teriam de abrir mão de algum benefício no presente em prol de um futuro promissor, que muita gente não acredita que haverá de fato.

Pelo menos uma geração conviveu apenas com o real na economia brasileira. Uma geração que não sentiu na pele os efeitos negativos da hiperinflação. A economia brasileira não deixou de evoluir, outros problemas surgiram, e o dilema da insuficiência de poupança e investimento ainda nos atormenta. Quem sabe, nessa fase em que o real passará de uma moeda jovem adulta para a maturidade, não surgirão luzes no horizonte?

“Desse modo, a política de valorização do mínimo (com aumentos reais, mesmo que limitados agora a 2,5% ao ano) poderia ser mantida, enquanto o mercado de trabalho continuar permitindo que isso possa ser feito.”